

A organização e a luta garantem a vitória dos trabalhadores

FUP indica assembleias para aprovação da proposta de PLR

A direção da Petrobrás apresentou na tarde do dia 11 uma nova proposta de PLR que eleva o piso de R\$ 12.250,00 para R\$ 14.280,00 até o nível 245, o que representa um avanço de 26,9%. O percentual de inter-nível a ser aplicado a partir do nível 245 é de 3,89% até o teto de R\$ 35.700,00.

A proposta de PLR 2004 apresentada pela empresa prevê o pagamento em parcela única, a partir do dia 18 de maio, um dia após o pagamento dos acionistas, respeitando o prazo de cinco dias úteis a contar da assinatura do acordo. Para as bases que receberam o adiantamento em fevereiro deste ano, a proposta é o pagamento da segunda parcela em 1º de julho.

A direção da Companhia se comprometeu, também, a iniciar as negociações de critérios e parâmetros da PLR 2005 logo após o fechamento da Campanha da PLR de 2004. Além de garantir o pagamento de antecipação da PLR 2005 até 10 de janeiro de 2006. Faz parte da proposta, ainda, o abono da greve de 24 horas do dia 31 de março.

Reunião com presidente da empresa

A direção da FUP representada por um diretor de cada força política (MTS, CSD, CSC, Articulação e independentes) se reuniu com o presidente da empresa, José Eduardo Dutra, ainda na manhã do dia 11, e apresentou uma proposta mínima para que o acordo fosse fechado: piso e montante iguais aos da PLR do ano passado; redução da diferença entre o piso e o teto; pagamento da PLR o mais rápido possível para toda a categoria, incluindo as bases que receberam o adiantamento; negociação já da PLR 2005;

pagamento do adiantamento da PLR 2005 até 10 de janeiro de 2006; abono das greves de 24 horas do último dia 31 de março e do dia 8 de junho de 2004, incluindo as horas das mobilizações da Semana do Trancoço; e o pagamento dos dias parados da greve de 1995. A proposta apresentada para o presidente da empresa foi fruto das discussões do Conselho Consultivo, na semana passada.

Avaliação

Logo após o término da reunião com a Petrobrás, a diretoria da Federação reuniu-se para avaliar a proposta da Companhia levando em conta o que foi decidido pelo Conselho Consultivo na semana passada. Para a FUP, a proposta apresentada é uma vitória dos trabalhadores que se mobilizaram durante os últimos meses.

A proposta da empresa contempla as reivindicações da categoria petroleira porque rompe com a proposta de pagamento do Dest que impunha um teto de três remunerações individuais e um montante de R\$ 660 milhões. A Federação também considera que a nova proposta avança na linearidade, reivindicação histórica da categoria, diminuindo o valor entre o piso e o teto pago de PLR para 2.5.

Do ponto de vista dos valores nominais houve um aumento do percentual no piso, levando em consideração a contratação de novos funcionários e o avanço de nível praticado no ano passado.

A proposta também apresenta um aumento do percentual de PLR em relação ao montante que foi distribuído aos acionistas. No ano passado, esse percentual foi de 13,8% e, pela propos-

ta negociada pela FUP com a empresa, houve um aumento significativo desse percentual.

Abono do dia de greve

Outra conquista para a organização dos trabalhadores foi o abono da greve de 24 horas do dia 31 de março, fato inédito, pois a Companhia, no passado, só admitia a compensação dos dias parados. Essa conquista fortalece nossas mobilizações e a unidade na luta para buscar nossas reivindicações.

PLR 2005

Outro avanço significativo foi o compromisso da Companhia de iniciar já as negociações da PLR 2005 o que garante a construção de regras pré-estabelecidas, determinando antecipadamente as condições de pagamento da PLR 2005. A garantia de que haverá uma antecipação até o dia 10 de janeiro de 2006 é mais uma conquista na proposta apresentada que permitirá à FUP poder dedicar-se a outras demandas igualmente importantes para a categoria, tais como Petros, PCAC, Saúde e Segurança, Primeirização e Campanha Reivindicatória das Empresas Privadas.

FUP Indica

A direção da Federação reunida após a apresentação da proposta decidiu, por ampla maioria, indicar:

- Assembleias a partir de 12 de maio para aprovar a proposta apresentada.

- Aprovação de uma taxa assistencial de 0,5% sobre o valor da PLR de cada trabalhador para custear a campanha pela mudança da atual legislação do Setor Petróleo, pela suspensão imediata do 7º leilão das bacias petrolíferas brasileiras.

Petrobrás não pode ser usada para barganha política

Rumores de que diretoria da estatal pode ser entregue a indicado por Severino repercutem mal

Pegou muito mal entre os trabalhadores o rumor sobre a substituição de uma das diretorias da empresa que passaria para as mãos do engenheiro químico Djalma Rodrigues de Souza, afilhado político do Senador Severino Cavalcanti. A informação vem sendo difundida pela imprensa e há indicações de que a troca seja referendada na reunião do conselho de administração da Companhia, nesta sexta-feira, quando também será apresentado o balanço financeiro da empresa, referente ao primeiro trimestre de 2005.

Fazer barganha política tendo como objetivo uma das diretorias da Petrobrás é um erro. Qualquer das diretorias da empresa, além de movimentar grandes valores financeiros, interfere nas relações com os funcionários e nos rumos da Companhia.

Vale lembrar que Djalma Rodrigues foi gerente-executivo de perfuração do E&P no governo anterior e tem um histórico de relações truculentas com o movimento sindical e com diversos funcionários da Companhia.

Por esses motivos, foi lamentável a iniciativa do deputado estadual Gilberto Palmares (PT/RJ) que concedeu, na última segunda-feira, 9, o título de Benemérito do Rio de Janeiro a Djalma. É notório que o senhor Djalma é *persona non grata* pela categoria petroleira, por sua truculência e desrespeito ao movimento sindical.

Nascido em Pernambuco, Djalma Rodrigues tem fortes ligações com a política conservadora e reacionária do estado, alinhado ao PFL do grupo político de Mendonça Filho, o mesmo responsável pela emenda da reeleição de Fernando Henrique Cardoso e lançado candidato a governador por aquele partido. Djalma também é ligado aos

senadores do PFL José Jorge - ex-ministro do 'apagão' de FHC - e Marco Maciel, expoente da direita reacionária forjada no regime militar. Djalma Rodrigues é um conhecido 'macielista' que sempre fez a política desse grupo na Petrobrás.

Quando foi afastado da Gaspetro, seu nome chegou a ser cogitado para Secretaria de Estado de Pernambuco, numa aliança ultra-conservadora formada pelo PFL, PSDB, o PP de Severino Cavalcanti e PMDB. Apesar do perfil conservador, Djalma Rodrigues, que faz parte da atual direção da subsidiária Petroquisa, é um camaleão que tenta mostrar outras cores devido à diferente conjuntura do governo Lula, iludindo alguns do atual governo e da alta administração da empresa.

A direção da FUP é contra essa barganha política na direção da Petrobrás e rechaça qualquer tentativa de apadrinhamento político nessa indicação para a diretoria da Companhia.

Anistiados da Interbrás ainda aguardam reintegração

Na reunião com o Presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, no dia 11, a direção da FUP cobrou um posicionamento da Companhia sobre o retorno dos 216 companheiros da ex-Interbrás, anistiados pela Comissão Especial Interministerial (CEI) através do decreto 5115, de 24/6/2004.

A anistia reconquistada por esses trabalhadores completa três meses no próximo dia 15 e até o momento a direção da empresa não tomou nenhuma providência para cumprir o que foi

acordado com a FUP, quando foi negociado o retorno de todos os trabalhadores da ex-Interbrás e da ex-Petromisa, bastando que estes tivessem suas anistias, cassadas no governo FHC, reestabelecidas.

José Dutra reafirmou seu compromisso pessoal em resolver a questão o mais rápido possível.

A FUP se reunirá, nesta sexta-feira, dia 13, com as assessorias do Ministério de Minas e Energia e da presidência da Petrobrás para cobrar a

reparação dessa injustiça cometida contra esses trabalhadores que já não suportam mais aguardar pela reintegração, estando privados, assim como suas famílias, de suas condições de sustento.

Se na reunião de sexta-feira não for apresentada uma proposta de cumprimento desse acordo, a Federação estará organizando com os trabalhadores para preparar atividades de mobilização para garantir o retorno imediato dos anistiados à empresa.